

Termo de Referência 128/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
128/2024	390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	EDINETE DE SOUSA NASCIMENTO	20/02/2025 10:40 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		50000.020301/2024-11

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviço de Engenharia, para prestação de serviços para elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) para todas as edificações, de forma individual, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília - DF, nos termos da tabela abaixo conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO								
ITEM	CÓD. REFERENCIAL	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT SEM BDI	VALOR UNIT COM BDI 27,1%	VALOR TOTAL SEM BDI 27,1%	VALOR TOTAL COM BDI 27,1%
01	4365 - SBC	Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura.	m²	63.723,72	R\$ 9,20	R\$ 11,69	R\$ 586.258,22	R\$ 744.930,29
02	41004 - SBC	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).	m²	63.723,72	R\$ 12,00	R\$ 15,25	R\$ 764.684,64	R\$ 971.786,73
Valor Total (Sem BDI)							R\$ 1.350.942,86	
Valor Total (Com BDI - 27,1%)								R\$ 1.716.717,02

- 1.1.1. Os serviços serão executados nas Edificações abaixo:
- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", com área total de 26.509,81m²;
 - b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2, com área total de 30.213,91 m²;
 - c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210, com área total de 4.000 m²;
 - d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180, com área total de 3.000 m².

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2025

II) Data de publicação no PNCP: 18/04/2024

III) Id do item no PCA: 45

IV) Classe/Grupo: : 833 - Serviços de Engenharia

V) Identificador da Futura Contratação: 390004-57/2025

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade para a elaboração de projetos, visam equilibrar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Devem ser previstos para a contratação em tela os critérios abaixo:

4.1.1. Utilizar de forma racional os recursos naturais, como água, energia e materiais de construção;

4.1.2. Usar menos recursos naturais nos processos produtivos;

4.1.3. Contar com menos materiais perigosos ou tóxicos;

- 4.1.4. Ter maior vida útil;
- 4.1.5. Gerar menos resíduos;
- 4.1.6. Priorizar o uso de materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis;
- 4.1.7. Preferir materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 4.1.8. Considerar o ciclo de vida dos produtos, desde a produção até a disposição;
- 4.1.9. Reduzir o consumo de energia e de água.

4.2. Por não constar especificações sobre o objeto ou parte dele no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, cabe seguir os parâmetros descritos no inciso II do art. 9º da IN/ME nº 58/2022, ou seja, deve-se verificar a Legislação Específica.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, sendo necessário o agendamento por meio do e-mail cogrl@transportes.gov.br, em que será designado um servidor para acompanhamento, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23.1. Por se tratar de vistoria prévia, não será admitido alterações significativas dos sistemas analisados ou ações que prejudique ou incida negativamente na execução dos serviços realizados por servidores, usuários, colaboradores residentes.

4.23.2. O Modelo de Declaração de Vistoria encontra-se pormenorizada como apêndice deste Termo de Referência.

4.24. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Após a assinatura do contrato, serão realizadas reuniões entre as partes envolvidas para:

- a) Definição dos procedimentos e alinhamento das atividades;
- b) Realização de vistorias detalhadas no local;
- c) Apresentação do cronograma físico-financeiro;

- d) Esclarecimento de dúvidas e atendimento às exigências técnicas e legais;
- e) Planejamento detalhado da execução, conforme descrito no Caderno de Especificações Técnicas e no cronograma físico-financeiro, anexos deste Termo de Referência.

5.1.2. **Ordem de Serviço:** A execução iniciará somente após a emissão da Ordem de Serviço, acompanhada das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) emitidas e registradas nos conselhos competentes.

5.1.3. **Equipe técnica:** Deverá ser composta, no mínimo, por um profissional habilitado (Arquiteto ou Engenheiro) com atribuições legais para atuar como responsável técnico pelos levantamentos arquitetônicos e atividades correlatas.

5.2. A execução do objeto será dividida em duas etapas:

5.2.1. Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura;

5.2.2. Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP)

5.2.2.1. Especificações Técnicas;

5.2.2.2. Projeto Executivo aprovado pelo CBMDF

5.2.2.3. Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos;

5.2.2.4. Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços

5.2.2.5. Cronograma Físico-Financeiro para todas as edificações, de forma individual.

5.2.3. **Etapas** - Elaboração de Projeto de "As Built" Arquitetônico:

5.2.3.1. O projeto deverá ser realizado com base na situação atual das edificações, aproveitando os elementos existentes, sempre que possível, sendo de responsabilidade da Contratada a atualização das plantas baixas, cortes, fachadas e detalhes, com layouts existentes e com os Sistemas de Segurança Contra Incêndio e Pânico conforme instalados.

5.2.3.2. A responsabilidade pela visita e conferência de todas as dimensões e características dos edifícios é da Contratada, não cabendo questionamentos quanto à falta de informações nas plantas de arquitetura porventura fornecidas pelo Ministério dos Transportes.

5.2.3.3. A Contratada deverá realizar quantas visitas forem necessárias para reunir todas as informações solicitadas e proceder à criteriosa vistoria em todo o prédio, comparando as informações dos projetos fornecidos com as condições reais "in loco".

5.2.3.4. A Contratada deverá levantar as inconformidades, os riscos e demais elementos da arquitetura que se fizerem necessários à consecução da melhor solução técnica e econômica para adequar a arquitetura da edificação às condições plenas de funcionamento e segurança, bem como cumprir as exigências apontadas pelo CBMDF, incluindo a aprovação de Projeto de "As Built" arquitetônico de todas as edificações objeto desta contratação em consulta prévia, conforme as normas vigentes.

5.2.3.5. O Projeto de Arquitetura deverá conter elementos gráficos e escritos: Desenhos Técnicos, Memorial de Cálculo (contendo o dimensionamento da reserva técnica de incêndio e dos demais elementos) e Memorial Descritivo (com textos, tabelas, figuras e fotos), além de seguirem as especificações do CBMDF constantes na versão mais atual da NT 12 - Norma técnica de padronização gráfica de projetos.

Produtos esperados:

5.2.4 Projeto em formato eletrônico (.PDF, .DWG e .RVT) e físico (3 vias impressa em escala adequada), com assinaturas necessárias;

5.2.5. Caderno de especificações técnicas (em formato .PDF e .DOC) com o descritivo das principais características das edificações e das atividades nela desenvolvidas, identificando e avaliando os riscos presentes no ambiente e seu desempenho em situação de incêndio.

5.2.6. **Etapas 2** - Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP):

5.2.6.1. O Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico contemplará as exigências do CBMDF para a aprovação do mesmo, incluindo a aprovação da arquitetura das edificações em consulta prévia, seguindo o rito processual e atendendo as normas da ABNT.

5.2.6.2. Sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI):

- a) Detectores pontuais de preferência sem fio (wireless);
- b) Detecção por aspiração de amostra de ar para área técnica;
- c) Acionadores manuais;
- d) Alarmes áudio-visuais;
- e) Central endereçável.

5.2.6.3. Chuveiros automáticos (Sprinklers):

- a) Sistema Passivo: ativa a liberação de água com rompimento da ampola pelo aumento da temperatura do ambiente;
- b) Definição da área de aplicação;
- c) Cálculo da vazão necessária na área de aplicação;
- d) Lançamento do percurso da tubulação e distribuição dos bicos;
- e) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

5.2.6.4. Iluminação de Emergência:

- a) Blocos Autônomos: luminárias de emergência com funcionamento independente da rede elétrica da edificação e que possui bateria interna;

5.2.6.5. Sistema de controle de acesso:

- a) Compatibilização com o SDAI;

5.2.6.6. Materiais de Construção Incombustíveis: são aqueles que não se decompõem, não derretem, não deformam e não produzem muita fumaça ou gases quando expostos ao fogo.

5.2.6.7. Sistema de Ventilação Controlada: sistema automático de fechamento dos dampers do Sistema de Climatização Central para evitar a propagação de fumaça pela edificação.

- a) Integração do Sistema de Ar-Condicionado Central com SDAI.

5.2.6.8. Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA): sistema responsável por direcionar sobrecorrentes internas ou externas à edificação ao solo, também conhecido como Para-Raios.

- a) Sistema Passivo: Gaiola de Faraday, ou seja, é composta por um emalhado de condutores que envolvem toda a estrutura a proteger, complementada com vários captosres e múltiplas baixadas que se interligam com a rede de terra;

5.2.6.9. Extintores de incêndio:

- a) Tipo portáteis;
- b) Definição da quantidade e localização adequadas;
- c) Sinalização adequada.

5.2.6.10. Sistema de combate a incêndio por gás inerte: dedicado para áreas técnicas que suprime o fogo com a redução da temperatura e concentração de oxigênio no ambiente protegido, exclusivo para sala cofre.

5.2.6.11. Sistema de sinalização de rotas de fuga e equipamento de combate a incêndio: consiste em símbolos e placas fotoluminescentes posicionados para orientar as pessoas sobre rotas de fuga, localização de equipamentos de segurança e procedimentos de emergências.

5.2.6.12. Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência: consiste nas rotas de fugas planejadas para o abandono seguro da edificação em caso de emergência, como por exemplo: escada de emergência.

5.2.6.13. Sistema de proteção por hidrante de parede: sistema de bombeamento de água pressurizada para o combate a incêndio na edificação.

- a) Cálculo da Reserva Técnica de Incêndio
- b) Definição da localização do reservatório
- d) Definição da localização dos hidrantes
- e) Traçado da tubulação
- f) Definição da localização das bombas
- g) Cálculo hidráulico
- h) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

5.2.6.14. Entre outros elementos necessários para a composição do projeto.

5.2.7. Os projetos serão elaborados com base nas orientações advindas da Consulta Prévia aprovada junto ao CBMDF e às normas técnicas vigentes, bem como considerando os sistemas existentes em cada edificação;

5.2.8. A Contratada deverá protocolar os Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas junto ao CBMDF, anexando o Projeto de Arquitetura já aprovado, Requerimento de Projeto de Incêndio e a ART/RRT do Responsável Técnico da Contratada.

5.2.9. O autor ou autores deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando o número da inscrição de registro das ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU.

5.2.10. A empresa deverá submeter os projetos à Fiscalização para aprovação prévia, antes da submissão ao CBMDF.

5.2.11. Deverá ser disponibilizado à Fiscalização o link externo para acompanhamento, por parte do Contratante, do andamento processual no CBMDF;

5.2.12. Em caso de solicitação de correções pelo CBMDF ou pela fiscalização técnica do MT, será concedido prazo para correção, definido pelo Fiscal Técnico do Contrato, não sendo superior a 50% do prazo máximo da etapa referente.

5.2.13. A obrigação da Contratada em alterar, revisar e corrigir, a partir das notificações, os projetos e demais documentos submetidos ao CBMDF não cessará até que seja obtida a aprovação dos mesmos.

5.2.14. A empresa deverá acompanhar o andamento processual, realizando com presteza todas as correções nos projetos que se fizerem necessárias até a aprovação pelo CBMDF.

5.2.15. Caso o prazo de análise do projeto submetido ao CBMDF expire antes da aprovação deste órgão, é de inteira responsabilidade da Contratada abrir novo processo seguindo as mesmas orientações constantes neste documento.

Produtos esperados:

5.2.16. Projetos aprovados junto ao CBMDF, incluindo memoriais descritivos e de cálculo;

5.2.17. Documentos eletrônicos (.PDF, .DOCX, .XLSX) e físicos (3 vias impressa), com caderno técnico contendo justificativas e planilhas de custos;

5.2.18. Cronograma físico-financeiro das etapas.

5.2.19. A Contratada deverá fornecer caderno de encargos e especificações técnicas de serviços, lista de materiais com a descrição de equipamentos e quantitativos a fim de subsidiar a elaboração futura do orçamento para execução das adequações das instalações.

5.2.20. O Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) contemplará as exigências do CBMDF para a aprovação, incluindo a aprovação da arquitetura das edificações em consulta prévia, seguindo o rito processual e atendendo as normas da ABNT.

5.2.20.1. Sistema de proteção por sinalização de emergência;

5.2.20.2. Sistema de iluminação de emergência;

5.2.20.3. Sistema de proteção por extintores de incêndio;

5.2.20.4. Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência;

5.2.20.5. Sistema de proteção por hidrante de parede;

5.2.20.6. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);

5.2.20.7. Sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI);

5.2.20.8. Sistema de combate a incêndio por chuveiros automáticos (Sprinklers);

5.2.20.9. Deverá apresentar planta com layout atual das edificações;

5.2.20.10. Prever casa de bombas e barriletes, com detalhamentos;

5.2.20.11. Acessibilidade;

5.2.20.12. Acesso de Viaturas;

5.2.20.13. Demais medidas de proteção e sistemas que se façam necessários.

5.2.21. O cronograma físico financeiro irá determinar as etapas e períodos de execução para os itens contratados.

5.2.22. Após a aprovação e a legalização dos projetos nos órgãos competentes, os referidos projetos não mais poderão ser alterados substancialmente. Caso haja modificações, no decurso da obra, em decorrência da não observância das normas e legislações vigentes ou no caso da não compatibilidade do projeto com a realidade, a empresa contratada deverá providenciar a legalização das modificações nos órgãos competentes, sem ônus à Contratante, de novos documentos impressos e mobilização, para o MT.

5.2.23. A empresa contratada e os respectivos profissionais responsáveis pelo projeto deverão ficar cientes de que os mesmos serão solicitados a qualquer momento pelo MT e/ou pelas futuras empresas contratadas para execução das obras, a prestar esclarecimentos e dizimar as dúvidas que por ventura apareçam sobre os projetos e especificações.

5.2.24. O prazo de execução será de 12 (doze) meses para a conclusão dos serviços, conforme previsto no cronograma físico financeiro.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R";
- b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2;
- c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;
- d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

5.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08h às 17h.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá se responsabilizar por quaisquer composições/insumos necessários na execução dos serviços, sem qualquer ônus para a Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O serviço será executado por equipe não residente, disponibilizada pela Contratada, devendo obrigatoriamente contar com profissionais devidamente capacitados, uniformizados e com identificação (crachá).

5.6.2. Caso necessário, a Contratada, quando solicitada, deverá apresentar relatório com detalhamento, proporcionando melhor percepção na execução dos serviços.

5.6.3. A Contratada deverá disponibilizar atendimento via telefone e e-mail ou outros meios digitais, em dias úteis durante o horário comercial, de modo a possibilitar a abertura de Ordem de Serviços.

5.6.4. A prestação dos serviços poderá ser realizada fora do horário comercial, em sábados, domingos e/ou feriados, de acordo com a necessidade, urgência ou caráter emergencial, com a autorização prévia da Contratante.

5.6.5. Caso ocorra algum dano em qualquer momento da execução do contrato, a reparação será de responsabilidade da Contratada.

5.6.6. A Lei nº 14.973/2024 estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento, que afeta a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) e a base de cálculo do INSS. A transição gradual permitirá que as empresas, que antes estavam isentas ou com alíquotas reduzidas, retornem ao regime de tributação sobre a folha de pagamento. A medida visa equilibrar a carga tributária de forma gradual, evitando impactos financeiros abruptos para as empresas. Diante disso, consequentemente houve mudanças significativas nos percentuais tributários previstos para os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) desta contratação, conforme estabelece a Lei mencionada. Ainda, visto que anualmente (2025-2028) a folha de pagamento passara por esses reajustes, as empresas terão que ajustar-se a novas alíquotas e mudanças de cálculo de suas obrigações previdenciárias.

5.6.7. Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços comum de engenharia, de caráter não continuado, nos termos da (Lei nº14.133, de 2021, art. 6, inciso XXI, a), a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, cujo objetivo é a Elaboração de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, acompanhadas de planilhas orçamentárias, caderno de encargos e especificações técnicas de serviços, nas dependências das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes, Edifícios Sede e Anexo do Bloco "R", Esplanada dos Ministérios, e SGON 1e 2 localizados em Brasília-DF.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se através das seguintes etapas:

5.8.1. Será emitido pela Contratada um relatório final de entrega dos itens contratados:

5.8.1.1. Entrega de Projetos devidamente registrados e homologados pelo responsável técnico, seguidos das ARTs de projeto;

5.8.1.2. Produtos esperados: Projeto "As Built" de Arquitetura, Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) devidamente aprovados pelo CBMDF e demais documentos técnicos como: Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos, Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços e Caderno Técnico contendo as justificativas para adoção das soluções propostas.

5.8.1.3. Os projetos devidamente aprovados deverão ser entregues na forma eletrônica em formato .PDF, em formato editável (.XLS, .DWG ou .DOC) e em forma física em 1 (uma) via impressa em tamanho de papel com escala adequada, contendo as assinaturas necessárias.

5.8.1.4. Entrega de Orçamento com base na IN nº 65/2021 e/ou IN nº 91/2022, devidamente registrado e homologado pelo responsável técnico, seguidos das ARTs.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato .

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Cronograma Físico-financeiro, conforme previsto em Anexo deste Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.1.1.4. não cumprir os prazos determinados no cronograma físico financeiro.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Cronograma Físico Financeiro (CFF): Documento emitido pela Contratante, ratificado pela Contratada, logo após assinatura do contrato e aprovado pela equipe de fiscalização, que apresenta informações das atividades gerenciais por meio de valores e prazos de execução (subdividido de 30 em 30 dias) dos itens contratados;

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, e se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.16.4. Comunicar a empresa para emitir a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de Execução Orçamentária para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado, conforme Cronograma-Físico Financeiro

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/11/2024.

7.36.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais do Informativo SBC, de outubro de 2024, haja vista que o escopo da contratação está contemplada neste sistema.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.44. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.45. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.49. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.23.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação o **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.**

8.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente, CREA e CAU (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade, bem como a empresa deverá comprovar o credenciamento ativo junto ao CBMDF e dentro da validade no momento da seleção do fornecedor.

8.30. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. Atestado(s) de Capacitação Técnica, operacionais, emitidos por empresas de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da licitante, onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos quais constem, referências às parcelas de maior relevância técnica, assim consideradas: apresentação de no mínimo de 9.558,55 m², correspondendo a 15% do quantitativo total por item.

8.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

8.34. Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.34.1. Para engenheiro civil, engenheiro mecânico ou arquiteto: profissional de nível superior devidamente registrado no CREA ou CAU, com experiência comprovada na elaboração de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, conforme atestado(s) técnico(s).

8.34.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

8.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.716.717,02

9.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$1.716.717,02 (Hum milhão, setecentos e dezesseis mil, setecentos e dezessete reais e dois centavos), conforme apostos na tabela:

GRUPO ÚNICO								

ITEM	CÓD. REFERENCIAL	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT SEM BDI	VALOR UNIT COM BDI 27,1%	VALOR TOTAL SEM BDI 27,1%	VALOR TOTAL COM BDI 27,1%
01	4365 - SBC	Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura.	m²	63.723,72	R\$ 9,20	R\$ 11,69	R\$ 586.258,22	R\$ 744.930,29
02	41004 - SBC	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).	m²	63.723,72	R\$ 12,00	R\$ 15,25	R\$ 764.684,64	R\$ 971.786,73
Valor Total (Sem BDI)							R\$ 1.350.942,86	
Valor Total (Com BDI - 27,1%)								R\$ 1.716.717,02

9.2. A base de cálculo da tabela supracitada acima, bem como a composição do BDI se encontra pormenorizada como apêndice deste Termo de Referência.

9.3. A Lei nº 14.973/2024 estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento, que afeta a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) e a base de cálculo do INSS. A transição gradual permitirá que as empresas, que antes estavam isentas ou com alíquotas reduzidas, retornem ao regime de tributação sobre a folha de pagamento. A medida visa equilibrar a carga tributária de forma gradual, evitando impactos financeiros abruptos para as empresas. Diante disso, consequentemente houve mudanças significativas nos percentuais tributários previstos para os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) desta contratação, conforme estabelece a Lei mencionada. Ainda, visto que anualmente (2025-2028) a folha de pagamento passara por esses reajustes, as empresas terão que ajustar-se a novas alíquotas e mudanças de cálculo de suas obrigações previdenciárias.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 390004 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;
- II) Fonte de Recursos: AÇÃO 2000;
- III) Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001
- IV) Elemento de Despesa: 339039
- V) Plano Interno:

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Infrações e Sanções Administrativas

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;

- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da contratação.

11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2,0% (dois vírgula zero por cento) a 3,0% (três vírgula zero por cento) do valor da contratação.

11.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2,0% (dois vírgula zero por cento) a 3,0% (três vírgula zero por cento) do valor da contratação.

11.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2,0% (dois vírgula zero por cento) a 3,0% (três vírgula zero por cento) do valor da contratação.

11.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

11.2.4.7.1 Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, Apêndice do TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou

controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. Obrigações do Contratante

12.1. São obrigações do CONTRATANTE:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

12.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

12.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto Contratado;

12.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

12.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

12.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

12.1.8.5. demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

12.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

12.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 dias;

12.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. Obrigações do Contratado

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 13.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 13.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 13.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 13.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 13.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT
- 13.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 13.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 13.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 13.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 13.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 13.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 13.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 13.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 13.17. Fornecer todos os materiais e equipamentos demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 13.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 20.19. Encaminhar à Contratante Termo de Confidencialidade e não divulgação das informações e imagens da Contratante.

13.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

13.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente

13.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

13.25. Manter preposto aceito pela Administração da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

13.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

13.28. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

13.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

13.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.32. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

13.33. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

13.34. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

13.35. Encaminhar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

13.36. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

13.37. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

13.38. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.39. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

13.40. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

13.41. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

13.42. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

13.43. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

13.44. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

13.45. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

13.45.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

13.45.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

13.45.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

13.45.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

13.45.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.45.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.46. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.46.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

13.46.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

13.47. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

13.48. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

13.49. A CONTRATADA será integralmente responsável pela elaboração do Projeto Executivo, incluindo todas as adequações necessárias para atender às normas técnicas vigentes e às especificações do Ministério dos Transportes. Esta obrigação compreende a revisão e compatibilização de todos os elementos do projeto, garantindo sua completa conformidade e execução sem necessidade de complementação por parte da CONTRATANTE.

13.50. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

13.50.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

13.51. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

13.52. A contratada deverá manter ativo o credenciamento junto ao CBMDF até a conclusão do contrato.

13.53. Todas as taxas relativas aos protocolos de análise do CBMDF serão de obrigação da Contratada.

13.54. Na entrega dos serviços solicitados, a CONTRATADA deverá fornecer os registros fotográficos e filmagens à equipe de fiscalização, em formato acessível e colorido para cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro.

13.55. A obrigação da contratada em alterar, revisar e corrigir, a partir das notificações, os projetos e demais documentos submetidos ao CBMDF, não cessará até que seja obtida a aprovação dos mesmos.

14. Obrigações Pertinentes à LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 20/02/2025 às 10:40:28.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo - Modelo Declaracao de Vistoria.pdf (447.35 KB)
- Anexo II - CFF - Combate a Incendio.pdf (103.22 KB)
- Anexo III - Caderno de Especificacoes Tecnicas e ETP - PPCIP_R01.pdf (335.57 KB)
- Anexo IV - mapa e BDI JUNTOS.pdf (152.84 KB)
- Anexo V - ANEXO_A_-_Termo_de_Justificativas_Tecnicas_Relevantes_PCIP_ATUALIZADAassinado.pdf (195.1 KB)
- Anexo VI - ETP390004_000048_2024 (1).pdf (138.11 KB)

Estudo Técnico Preliminar 48/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.020301/2024-11

2. Objeto

2.1. Trata-se da contratação de serviço comum de Engenharia, para prestação de serviços de elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), para todas as edificações, de forma individual, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília - DF.

3. Descrição da necessidade

3.1. O Ministério dos Transportes passou a ser responsável pela gestão condominial dos Edifícios Sede e Anexo, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, conforme estabelecido no Termo de Compartilhamento, processo nº 50000.004218/2021-44. Os órgãos clientes e ocupantes das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes são: o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), o Ministério das Comunicações (MCOM) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

3.2. A Gestão Condominial tem a responsabilidade da prestação de serviços coletivos e essenciais como: limpeza, vigilância, brigada, recepção, copa, reformas e todas as manutenções das edificações (predial, elevadores, climatização, prevenção e combate a incêndio), necessária para garantir o bom funcionamento das edificações.

3.3. O Ministério dos Transportes faz gestão do conjunto de edificações listadas abaixo:

- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R";
- b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2;
- c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;
- d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

3.4. Os edifícios foram construídos há mais de 50 anos e devido à idade avançada dessas estruturas e à constante necessidade de manutenção, adaptações e reformas, é necessária a atualização dos Projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) para as normas vigentes e a chancela Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, conforme Decreto nº 21.361, de 20 de Julho de 2000, que aprova o Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal.

3.5. Destaca-se que para a atualização dos Sistemas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, são necessários a execução das seguintes etapas principais:

- a) O levantamento da infraestrutura atual, gerando um Projeto "As Built" de Arquitetura (PARQ);
- b) A elaboração dos Projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP); e,
- c) Aprovação do PARQ e PSCIP pelo CBMDF.

3.6. Vale ressaltar, a importância da atualização dos Sistemas de Segurança Contra Incêndio e Pânico dada as condições e vida útil das edificações em voga; das determinações legais do CBMDF; dos riscos iminentes aos usuários, colaboradores e do grande fluxo de transeuntes nos espaços internos e externos às edificações.

3.7. Esta contratação prevê:

- a) Elaboração do Projeto "As Built" de Arquitetura e sua aprovação junto ao CBMDF; e,
- b) Elaboração dos Projetos de Segurança contra Incêndio e Pânico (PSCIP) e sua aprovação junto ao CBMDF.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade para a elaboração de projetos, visam equilibrar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Devem ser previstos para a contratação em tela os critérios abaixo:

4.1.1.1. Utilizar de forma racional os recursos naturais, como água, energia e materiais de construção;

4.1.1.2. Usar menos recursos naturais nos processos produtivos;

4.1.1.3. Contar com menos materiais perigosos ou tóxicos;

4.1.1.4. Ter maior vida útil;

4.1.1.5. Gerar menos resíduos;

4.1.1.6. Priorizar o uso de materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis;

4.1.1.7. Preferir materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.1.8. Considerar o ciclo de vida dos produtos, desde a produção até a disposição;

4.1.1.9. Reduzir o consumo de energia e de água.

4.1.2. Por não constar especificações sobre o objeto ou parte dele no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, cabe seguir os parâmetros descritos no inciso II do art. 9º da IN/ME nº 58/2022, ou seja, deve-se verificar a **Legislação Específica**.

4.2. Natureza do Serviço

4.2.1. Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços comuns de engenharia, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021. Estes serviços são de caráter não continuado, uma vez que serão realizados de forma específica em um período de tempo predeterminado, conforme previsto no artigo 6, incisos XVII e XXI, alínea 'a' da referida lei.

4.2.2. Os serviços em questão podem ser considerados serviços comuns de engenharia devido as características de padronização dos serviços, a ampla disponibilidade de prestadores qualificados, a complexidade técnica moderada e as normas de segurança pré-estabelecidas, garantindo os padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no edital, utilizando especificações usuais no mercado.

4.3. Regime de Execução

4.3.1. A contratação deverá ocorrer pelo regime de execução a Empreitada por Preço Global.

4.3.2. O regime de execução escolhido, justifica-se por ser possível definir com precisão os quantitativos de serviços a serem executados durante a licitação.

4.4. Prazo Contratual

4.4.1. A contratação terá vigência pelo período de 12 (doze) meses da assinatura do contrato, conforme art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Participação de Consórcio

4.5.1. No que se refere à presente contratação, entende-se que, por não se tratar de objeto que envolve alta complexidade ou relevante vulto e, sim, por serviços usualmente prestados por empresas do ramo as quais possuem expertise e capacidade técnica para tanto, o edital não deve prever a participação de empresas reunidas em consórcio.

4.5.2. Por grande vulto o inciso XXII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, entende-se por contratação de obras, serviços e fornecimentos cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), que não é o caso da presente contratação.

4.6. Participação de Cooperativas

4.6.1. Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05/2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

4.7. Garantia Contratual

4.7.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.7.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.8. Subcontratação

4.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.9. Critério de Julgamento

4.9.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço.

4.9.2. O critério de menor preço pode estimular uma maior competitividade entre os fornecedores, levando-os a oferecer suas melhores condições de preço.

4.10. Consulta aos Cadernos de Logística

4.10.1. Destacamos que o presente objeto licitatório não possui caderno de logística específico, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica>).

4.11. Decretos Presidenciais Margem de Preferência

4.11.1. Após análise da legislação vigente e consulta ao respectivo sítio eletrônico, verificou-se a publicação do Decreto nº11.890, de 22 de janeiro de 2024 e Resolução SEGES-CICS/MGI nº 7, de 23 de dezembro de 2024 (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/resolucao-cics-mgi-no-7-de-23-de-dezembro-de-2024>).

Entretanto, no momento da verificação, constatou-se que não há margem de preferência definida para a contratação em questão, conforme estipulado nas diretrizes atuais.

4.12. Governo Digital

4.12.1. A equipe de planejamento esta alinhada em atender a todas as recomendações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, em especial no que tange aos direcionamentos levantados nas orientações e procedimentos referentes a segurança e privacidade na administração de dados, como também a divulgação descentralizada das contratações públicas, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) garantido a transparências nos editais, Atas de registro de preço e contratos, buscando tornar as aquisições públicas mais eficientes e acessíveis.

4.13. Consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras

4.13.1. O objeto licitatório não possui Catálogo Eletrônico de padronização de compras, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>). Cumpre-se informar que os itens padronizados que constam no Catálogo são para água mineral natural sem gás, café e açúcar.

4.14. Da Transição Contratual

4.14.1. Não haverá transição Contratual pois não se aplica na pretensa contratação, cujo objeto é por escopo.

4.15. Qualificação Técnica

4.15.1 Será exigida qualificações técnicas devido a complexidade do objeto da pretensa contratação e a necessidade de previsão de mão de obra capacitada para a execução dos serviços.

4.16. Qualificação Econômica

4.16.1. Quanto à qualificação econômica, verificou-se que objeto da pretensa contratação demanda a exigência de determinados requisitos de habilitação devido à complexidade do objeto a ser executado, ainda com o intuito de prevenir possíveis riscos como o de uma possível paralisação em razão de eventual incapacidade econômica da empresa contratada em suportar os deveres contratuais.

4.17. Participação de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP

4.17.1. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, nos termos dos artigos 46 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pela contratada, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Manutenção	Vitor Augusto Bispo da Silva

6. Levantamento de Mercado

6.1. Por se tratar de um serviço comum de engenharia que requer especialização e a atuação de profissionais com expertise na área de prevenção e combate a incêndios, e ainda por ser um assunto multidisciplinar, a contratação de uma empresa é essencial para a elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP). Este serviço demanda conhecimento técnico aprofundado e a utilização de metodologias apropriadas, além da necessidade de atendimento das normas e legislações específicas do setor.

6.2. Ao analisar as contratações de outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as identificadas foram descritas no quadro de levantamento de mercado abaixo:

LEVANTAMENTO DE MERCADO			
-------------------------	--	--	--

Local	Órgão	Unidade Compradora	Modalidade da Contratação
Brasília/DF	Complexo da Academia Nacional de Polícia.	200340 - Ministério da Justiça	Pregão nº 10/2023
Palmas/TO	Universidade Federal do Tocantins	154419 - Ministério da Educação	Concorrência nº 90003/24
Uberlândia /MG	Hospital de Clinicas da Universidade Federal de Uberlândia	156654 - EBSERH	Pregão nº 28/2023

6.3. No site do Compras Governamentais, identificamos dois modelos de contratações para Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico, por Pregão e "um" por Concorrência.

6.3.1. Solução 1: Contratação por meio de Sistema de Registro de Preços.

6.3.1.1. Não se aplica, pois os quantitativos e especificações da contratação em tela estão bem definidos, tornando desnecessário a contratação por meio de Sistema de Registro de Preços.

6.3.2. Solução 2: Contratação por meio de Pregão Eletrônico.

6.3.2.1. Por se tratar de uma contratação de serviços comuns de engenharia, ou seja, atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de um profissional habilitado, cujo o objeto possui características de padronização dos serviços, ampla disponibilidade de prestadores qualificados, complexidade técnica moderada e normas de segurança pré-estabelecidas, garantindo os padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no edital, utilizando especificações usuais no mercado, pode ser utilizado o Sistema de Pregão Eletrônico.

6.3.3. Solução 3: Contratação por meio de Concorrência.

6.3.3.1. Não se aplica, pois esta modalidade de licitação é para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.

6.4. A modalidade que melhor se enquadra na contratação em tela é o Pregão Eletrônico, pelo que já foi citado no item 6.3.2.1 e pelo disposto na alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

6.5. No que tange a elaboração do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) deve seguir rigorosos padrões e normativas, visando garantir a proteção de pessoas e bens. O mercado oferece diversas soluções que facilitam este processo:

6.5.1. **Engenharia de Projetos:** Envolve o desenvolvimento de soluções técnicas para projetos, com foco no planejamento, design e implementação de infraestrutura ou sistemas, desde a concepção até a entrega.

6.5.2. **Consultorias Especializadas:** Diversas empresas oferecem serviços de consultoria especializada na elaboração de PSCIPs. Esses profissionais são capacitados para avaliar as características específicas de cada edificação, identificando os riscos e propondo medidas adequadas. As consultorias também ajudam na conformidade com legislações locais e normas técnicas, como a NBR 9077 e a NBR 13534.

6.5.3. **Software de Modelagem e Simulação:** Com o avanço da tecnologia, softwares de modelagem e simulação têm se tornado ferramentas indispensáveis. Eles permitem a criação de modelos tridimensionais das edificações, possibilitando simulações de evacuação e análise de cenários de incêndio. Essa abordagem ajuda a identificar pontos críticos e a desenvolver estratégias eficientes de mitigação de riscos.

6.5.4. **Equipamentos de Segurança:** A escolha adequada de equipamentos de segurança é crucial para um PSCIP eficaz. Sistemas de detecção e alarme de incêndio, extintores, sprinklers e saídas de emergência devem ser dimensionados e posicionados de forma estratégica. O mercado oferece uma vasta gama de produtos que atendem a diferentes necessidades, garantindo que as edificações estejam preparadas para situações de emergência.

6.5.5. **Treinamento e Capacitação:** Além do projeto em si, a capacitação das equipes envolvidas é essencial. Existem soluções de treinamento que visam preparar os funcionários para atuar em situações de emergência, abordando desde a utilização de equipamentos de combate a incêndio até a execução de evacuação de forma segura e eficiente.

6.5.6. **Normas e Regulamentações:** Manter-se atualizado sobre as normas e regulamentações é fundamental para a elaboração de um PSCIP. O mercado oferece cursos e workshops que capacitam profissionais sobre as mais recentes atualizações em legislações e melhores práticas, garantindo que os projetos estejam sempre em conformidade.

6.6. Para esta contratação, visando a atualização e modernização dos sistemas conforme as normas vigentes, é fundamental que seja aplicado os moldes de Consultoria Especializada com entrega de produtos como: projetos e detalhamentos técnicos.

6.7. Além das soluções elencadas anteriormente, o mercado também oferece uma variedade de elementos que compõe os sistemas de proteção e combate à incêndio para elaboração do projeto:

6.7.1. **Sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI):**

- a) com fio;
- b) sem fio;
- c) por aspiração de amostra de ar para área técnica.

6.7.2. **Chuveiros automáticos (Sprinklers):**

- a) Sistema Passivo: ativa a liberação de água com rompimento da ampola pelo aumento da temperatura do ambiente;
- b) Sistema Ativo: possui Válvula de Governo e Alarme (VGA) interligada ao Sistema de Detecção e Alarme que só libera a água para combate de fogo em caso de dupla confirmação pelo SDAI.
 - b.1) Tubo Seco: a água fica retida na VGA até confirmação do fogo. A tubulação após a VGA é preenchida com nitrogênio (N₂) ao invés de água;
 - b.2) Tubo Molhado: toda tubulação está preenchida com água e não há latência no início do combate ao fogo.
- c) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

6.7.3. Iluminação de Emergência:

- a) Blocos Autônomos: luminárias de emergência com funcionamento independente da rede elétrica da edificação e que possui bateria interna;
- b) Sistema por bateria: sistema de baterias central que alimenta as luminárias de emergência para a edificação;
- c) Sistema por gerador de emergência: sistema alternativo de fornecimento de energia elétrica para as luminárias de emergência.

6.7.4. Sistema de controle de acesso:

- a) Compatibilização com o SDAI;

6.7.5. **Materiais de Construção Incombustíveis:** são aqueles que não se decompõem, não derretem, não deformam e não produzem muita fumaça ou gases quando expostos ao fogo.

6.7.6. **Sistema de Ventilação Controlada:** sistema automático de fechamento dos *dampers* do Sistema de Climatização Central para evitar a propagação de fumaça pela edificação.

- a) Integração do Sistema de Ar Condicionado Central com SDAI .

6.7.7. **Tecnologia de IoT (Internet das Coisas):** Sensores e dispositivos conectados que monitoram condições em tempo real e podem alertar equipes de emergência.

6.7.8. **Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA):** sistema responsável por direcionar sobrecorrentes internas ou externas à edificação ao solo, também conhecido como Para-Raios.

- a) Sistema Passivo: Gaiola de Faraday, ou seja, é composta por um emalhado de condutores que envolvem toda a estrutura a proteger, complementada com vários captores e múltiplas baixadas que se interligam com a rede de terra;
- b) Sistema Ativo: Sistema de Ionização, ou seja, sistema que atrai as descargas atmosféricas ativamente através da ionização do ar nas proximidades do edifício e que se interligam com a rede de terra.

6.7.9. Extintores de incêndio:

- a) Portáteis;
- b) Sobre rodas.

6.7.10. **Sistema de combate à incêndio por gás inerte:** dedicado para áreas técnicas que suprime o fogo com a redução da temperatura e concentração de oxigênio no ambiente protegido.

6.7.11. **Sistema de sinalização de rotas de fuga e equipamento de combate a incêndio:** consiste em símbolos e placas fotoluminescentes posicionados para orientar as pessoas sobre rotas de fuga, localização de equipamentos de segurança e procedimentos de emergências.

6.7.12. **Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência:** consiste nas rotas de fugas planejadas para o abandono seguro da edificação em caso de emergência, como por exemplo: escada de emergência.

6.7.13. **Sistema de proteção por hidrante de parede:** sistema de bombeamento de água pressurizada para o combate à incêndio na edificação.

a) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução escolhida é a contratação de empresa para a elaboração de projetos de engenharia comum, bem com a implementação de infraestrutura e sistemas, devendo a sua execução seguir os critérios, definições, metodologias e especificações contidas no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, bem como as normas vigentes.

7.2. A modalidade de licitação escolhida foi por meio de Pregão Eletrônico, por se tratar de um serviço comum de engenharia, com padrões bem definidos de desempenho e qualidade que são objetivamente descritos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

7.3. A contratação será dividida em duas etapas:

7.3.1. Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura;

7.3.2. Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP)

7.3.2.1. Especificações Técnicas;

7.3.2.2. Projeto Executivo

7.3.2.3. Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos;

7.3.2.4. Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços

7.3.2.5. Cronograma Físico-Financeiro para todas as edificações, de forma individual.

7.4. **Etapas** - Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura:

7.4.1. O projeto deverá ser realizado com base na situação atual das edificações, aproveitando os elementos existentes, sempre que possível, sendo de responsabilidade da Contratada a atualização das plantas baixas, cortes, fachadas e detalhes, com layouts existentes e com os Sistemas de Segurança Contra Incêndio e Pânico conforme instalados.

7.4.2. A responsabilidade pela visita e conferência de todas as dimensões e características dos edifícios é da Contratada, não cabendo questionamentos quanto à falta de informações nas plantas de arquitetura porventura fornecidas pelo Ministério dos Transportes.

7.4.3. A Contratada deverá realizar quantas visitas forem necessárias para reunir todas as informações solicitadas e proceder à criteriosa vistoria em todo o prédio, comparando as informações dos projetos fornecidos com as condições reais "in loco".

7.4.4. A Contratada deverá levantar as inconformidades, os riscos e demais elementos da arquitetura que se fizerem necessários à consecução da melhor solução técnica e econômica para adequar a arquitetura da edificação às condições plenas de funcionamento e segurança, bem como cumprir as exigências apontadas pelo CBMDF, incluindo a aprovação do projeto arquitetônico de todas as edificações objeto desta contratação em consulta prévia, conforme as normas vigentes.

7.4.5. O Projeto de Arquitetura deverá conter elementos gráficos e escritos: Desenhos Técnicos, Memorial de Cálculo (contendo o dimensionamento da reserva técnica de incêndio e dos demais elementos) e Memorial Descritivo (com textos, tabelas, figuras e fotos), além de seguirem as especificações do CBMDF constantes na versão mais atual da NT 12 - Norma técnica de padronização gráfica de projetos.

7.4.6. Produtos esperados: a Contratada deverá entregar Projeto de Arquitetura na forma eletrônica em formato .PDF, em formato editável (DWG e RVT) e em forma física em 1 (uma) via impressa em tamanho de papel com escala adequada, contendo as assinaturas necessárias.

7.4.6. Caderno de especificações técnicas (em formato .PDF e .DOC) com o descritivo das principais características das edificações e das atividades nela desenvolvidas, identificando e avaliando os riscos presentes no ambiente e seu desempenho em situação de incêndio. O documento deve conter, no mínimo, mas não somente, tempo requerido de resistência ao fogo dos elementos construtivos conforme norma técnica nº 14 do CBMDF e controle das características de Reação ao Fogo dos materiais incorporados aos elementos construtivos conforme norma técnica nº 17 do CBMDF.

7.5. Etapa 2 - Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP):

7.5.1. O Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico contemplará as exigências do CBMDF para a aprovação do mesmo, incluindo a aprovação da arquitetura das edificações em consulta prévia, seguindo o rito processual e atendendo as normas da ABNT.

7.5.1.1. Sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI):

- a) Detectores pontuais de preferência sem fio (wireless);
- b) Detecção por aspiração de amostra de ar para área técnica;
- c) Acionadores manuais;
- d) Alarmes áudio-visuais;
- e) Central endereçável.

7.5.1.2. Chuveiros automáticos (Sprinklers):

- a) Sistema Passivo: ativa a liberação de água com rompimento da ampola pelo aumento da temperatura do ambiente;
- b) Definição da área de aplicação;
- c) Cálculo da vazão necessária na área de aplicação;
- d) Lançamento do percurso da tubulação e distribuição dos bicos;
- e) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

7.5.1.3. Iluminação de Emergência:

- a) Blocos Autônomos: luminárias de emergência com funcionamento independente da rede elétrica da edificação e que possui bateria interna;

7.5.1.4. Sistema de controle de acesso:

- a) Compatibilização com o SDAI;

7.5.1.5. Materiais de Construção Incombustíveis: são aqueles que não se decompõem, não derretem, não deformam e não produzem muita fumaça ou gases quando expostos ao fogo.

7.5.1.6. Sistema de Ventilação Controlada: sistema automático de fechamento dos dampers do Sistema de Climatização Central para evitar a propagação de fumaça pela edificação.

- a) Integração do Sistema de Ar-Condicionado Central com SDAI.

7.5.1.7. Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA): sistema responsável por direcionar sobrecorrentes internas ou externas à edificação ao solo, também conhecido como Para-Raios.

- a) Sistema Passivo: Gaiola de Faraday, ou seja, é composta por um emalhado de condutores que envolvem toda a estrutura a proteger, complementada com vários captosres e múltiplas baixadas que se interligam com a rede de terra;

7.5.1.8. Extintores de incêndio:

- a) Tipo portáteis;

b) Definição da quantidade e localização adequadas;

c) Sinalização adequada.

7.5.1.9. Sistema de combate a incêndio por gás inerte: dedicado para áreas técnicas que suprime o fogo com a redução da temperatura e concentração de oxigênio no ambiente protegido, exclusivo para sala cofre.

7.5.1.10. Sistema de sinalização de rotas de fuga e equipamento de combate a incêndio: consiste em símbolos e placas fotoluminescentes posicionados para orientar as pessoas sobre rotas de fuga, localização de equipamentos de segurança e procedimentos de emergências.

7.5.1.11. Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência: consiste nas rotas de fugas planejadas para o abandono seguro da edificação em caso de emergência, como por exemplo: escada de emergência.

7.5.1.12. Sistema de proteção por hidrante de parede: sistema de bombeamento de água pressurizada para o combate a incêndio na edificação.

a) Cálculo da Reserva Técnica de Incêndio

b) Definição da localização do reservatório

d) Definição da localização dos hidrantes

e) Traçado da tubulação

f) Definição da localização das bombas

g) Cálculo hidráulico

h) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

7.5.1.13. Entre outros elementos necessários para a composição do projeto.

7.5.2. Os projetos serão elaborados com base nas orientações advindas da Consulta Prévia aprovada junto ao CBMDF e às normas técnicas vigentes, bem como considerando os sistemas existentes em cada edificação;

7.5.3. A CONTRATADA deverá protocolar os Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas junto ao CBMDF, anexando o Projeto de Arquitetura já aprovado, Requerimento de Projeto de Incêndio e a ART/RRT do Responsável Técnico da CONTRATADA.

7.5.4. O autor ou autores deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando o número da inscrição de registro das ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU.

7.5.5. A empresa deverá submeter os projetos à Fiscalização para aprovação prévia, antes da submissão ao CBMDF.

7.5.6. Deverá ser disponibilizado à Fiscalização o link externo para acompanhamento, por parte do CONTRATANTE, do andamento processual no CBMDF;

7.5.7. Em caso de solicitação de correções pelo CBMDF ou pela fiscalização técnica do MT, será concedido prazo para correção, definido pelo Fiscal Técnico do Contrato, não sendo superior a 50% do prazo máximo da etapa referente.

7.5.8. A obrigação da Contratada em alterar, revisar e corrigir, a partir das notificações, os projetos e demais documentos submetidos ao CBMDF não cessará até que seja obtida a aprovação dos mesmos.

7.5.9. A empresa deverá acompanhar o andamento processual, realizando com presteza todas as correções nos projetos que se fizerem necessárias até a aprovação pelo CBMDF.

7.5.10. Caso o prazo de análise do projeto submetido ao CBMDF expire antes da aprovação deste órgão, é de inteira responsabilidade da Contratada abrir novo processo seguindo as mesmas orientações constantes neste documento.

7.6. Produtos esperados: Projetos "As Built" de Arquitetura devidamente aprovados junto ao CBMDF em consulta prévia, Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico devidamente aprovados pelo CBMDF, Memoriais descritivo e de Cálculo das soluções adotadas e Caderno Técnico contendo as justificativas para adoção das soluções propostas, acompanhadas de planilhas de quantitativos e custos e planilhas de composição de custos unitários de serviços, que deverão ser entregues em

formato .PDF, .DOCX, e .XLSX., conforme o caso. Os projetos devidamente aprovados deverão ser entregues na forma eletrônica em formato .PDF, em formato editável (.DWG) e em forma física em 3 (três) vias impressas em tamanho de papel com escala adequada, contendo as assinaturas necessárias.

7.7. A contratada deverá fornecer caderno de encargos e especificações técnicas de serviços, lista de materiais com a descrição de equipamentos e quantitativos a fim de subsidiar a elaboração futura do orçamento para execução das adequações das instalações.

7.8. O Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) contemplará as exigências do CBMDF para a aprovação, incluindo a aprovação da arquitetura das edificações em consulta prévia, seguindo o rito processual e atendendo as normas da ABNT.

- 7.8.1. Sistema de proteção por sinalização de emergência;
- 7.8.2. Sistema de iluminação de emergência;
- 7.8.3. Sistema de proteção por extintores de incêndio;
- 7.8.4. Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência;
- 7.8.5. Sistema de proteção por hidrante de parede;
- 7.8.6. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- 7.8.7. Sistema de detecção e alarme de incêndio SDAI;
- 7.8.8. Sistema de combate a incêndio por chuveiros automáticos (Sprinklers);
- 7.8.9. Deverá apresentar planta com layout atual das edificações;
- 7.8.10. Prever casa de bombas e barriletes, com detalhamentos;
- 7.8.11. Acessibilidade;
- 7.8.12. Acesso de Viaturas;
- 7.8.13. Demais medidas de proteção e sistemas que se façam necessários.

7.9. Normativos e Legislação referencial:

7.9.1 Para a Elaboração do Projeto de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico, seguir os critérios, definições, metodologias e especificações contidas no Caderno de Especificações Técnicas, onde deverão ser observadas as normas e códigos aplicáveis ao serviço em pauta, sendo que as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a legislação vigente dos órgãos de administração pública competentes que serão consideradas como elementos de referência para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos. Devem ser aplicadas as seguintes normas técnicas, além de outras, no que couber:

- 7.9.1.1. NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- 7.9.1.2. NBR 5419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- 7.9.1.3. NBR 6492 - Representação gráfica de Projetos de Arquitetura;
- 7.9.1.4. NBR 9077 - Saídas de emergência em edifícios;
- 7.9.1.5. NBR 9715 - Mangueiras de combate a incêndio;
- 7.9.1.6. NBR 10.897 - Proteção contra incêndio por chuveiro automático;
- 7.9.1.7. NBR 10.898 - Sistema de Iluminação de Emergência (NB 652);
- 7.9.1.8. NBR 11.742 - Porta Corta-Fogo para saída de emergência - Especificação (EB 920);
- 7.9.1.9. NBR 12.693 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
 - a) EB 148 - Extintor de Pó químico;

b) EB 149 - Extintor de água pressurizada;

c) EB 150 - Extintor de CO2 DIN 2440.

7.9.1.10. NBR 13.531 - Elaboração de projetos de edificações – Atividades técnicas;

7.9.1.11. NBR 13.714 - Sistemas de Hidrantes e de Mangotinhos para Combate a Incêndio;

7.9.1.12. NBR 14.880 - Saídas de emergência em edifícios – Escadas de segurança, controle de fumaça por pressurização;

7.9.1.13. NBR 16.636-01 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1 - Diretrizes e terminologia;

7.9.1.14. NBR 16.636-02 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: - Projeto arquitetônico;

7.9.1.15. NBR 16.820 Sistema de sinalização de emergência - Projeto, requisitos e métodos de ensaio;

7.9.1.16. Lei Federal nº 13.425/2017 Segurança Contra Incêndio em Edificações e Estabelecimentos

7.9.1.17. Decreto 21.361 de 20 de julho de 2000 Regulamento de Segurança contra incêndio e pânico do Distrito Federal; e Decreto nº 23.015/2002.

7.9.1.18. Circulares nº 006 de 16/03/1992 e Nº 019 de 16/03/1992 da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

7.9.1.19. Todas as Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal CBMDF.

*Para casos em que a norma é omissiva, seguir recomendações de publicações das seguintes instituições:

a) NFPA - "National Fire Protection Association".

7.9.2. Os materiais representados no projeto, deverão ter suas especificações técnicas atualizadas, de classe, qualidade e grau adequados. Estarão de acordo com as últimas revisões dos padrões da ABNT e normas acima atualizadas, entre outras aplicáveis à elaboração do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. O Ministério dos Transportes faz gestão do conjunto de edificações listadas abaixo:

8.1.1. Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R";

8.1.2. Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2;

8.1.3. Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;

8.1.4. Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

8.2. A contratação será dividida em duas etapas:

8.2.1. Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura;

8.2.2. Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP);

8.2.2.1. Especificações Técnicas;

8.2.2.2. Projeto Executivo aprovado pelo CBMDF;

8.2.2.2. Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos;

8.2.2.3. Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços;

8.2.2.4. Cronograma Físico-Financeiro para todas as edificações, de forma individual.

8.3. Segue abaixo planilha com as descrições detalhadas contendo a estimativa das quantidades para atender as necessidades das edificações sob a gestão desta Pasta em Brasília - DF para cada etapa:

GRUPO 1				
ITEM	CÓD. RECERENCIAL	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.	Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura.			
1.1.	4365 - SBC	Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R".	unid.	1
1.2.	4365 - SBC	Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2.	unid.	1
1.3.	4365 - SBC	Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210.	unid.	1
1.4.	4365 - SBC	Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.	unid.	1
2.	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).			
2.1.	41004 - SBC	Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R".	unid.	1
2.2.	41004 - SBC	Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2.	unid.	1
2.3.	41004 - SBC	Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210.	unid.	1
2.4.	41004 - SBC	Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.	unid.	1

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. A avaliação do valor para a contratação inclui as fases do desenvolvimento dos produtos finais, considerando as quatro edificações sob a gestão desta Pasta em Brasília/DF.

9.2. Os valores são calculados com base na área em metros quadrados de cada edificação, totalizando 63.723,72m², onde:

- 9.2.1. Edifício Sede tem área total de 26.509,81m²;
- 9.2.2. Edifício Anexos tem área total de 30.213,91 m²;
- 9.2.3. Edifício SGON I tem área total de 4.000 m²;
- 9.2.4. Edifício SGON II tem área total de 3.000 m².

9.3. Abaixo planilha com resumo e valor estimado da contratação:

GRUPO ÚNICO								
ITEM	CÓD. REFERENCIAL	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT SEM BDI	VALOR UNIT COM BDI 27,1%	VALOR TOTAL SEM BDI 27,1%	VALOR TOTAL COM BDI 27,1%
01	4365 - SBC	Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura.	m²	63.723,72	R\$ 9,20	R\$ 11,69	R\$ 586.258,22	R\$ 744.930,29
02	41004 - SBC	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).	m²	63.723,72	R\$ 12,00	R\$ 15,25	R\$ 764.684,64	R\$ 971.786,73
Valor Total (Sem BDI)							R\$ 1.350.942,86	
Valor Total (Com BDI - 27,1%)								R\$ 1.716.717,02

9.4. Neste primeiro momento, foram realizadas estimativas preliminares para fins de análise da viabilidade econômica da contratação, conforme a solução apresentada na fase de levantamento de mercado. A pesquisa de preços adotou as orientações da Instrução Normativa nº 91, de 16 de dezembro de 2022, que estabelece as regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e contratação direta, conforme disposto no § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.5. Essa pesquisa de preços tem como objetivo assegurar que os valores estimados estejam alinhados com as condições do mercado e com os requisitos da Administração Pública, garantindo a economicidade e a eficiência do processo. Para tanto, os valores foram levantados com base em dados obtidos na pesquisa realizada na base de dados do Informativo SBC, com referência de outubro de 2024.

9.6. De acordo com o Decreto nº 7.983, de 2013, em seu Art. 6º, caso não seja possível definir os custos com base nas referências dispostas nos artigos 3º, 4º e 5º do referido Decreto, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio de dados contidos em tabelas de referência formalmente aprovadas por órgãos ou entidades da administração pública federal, publicações técnicas especializadas, sistemas específicos instituídos para o setor ou ainda por meio de pesquisa de mercado. Nesse sentido, a pesquisa de preços realizada seguiu as diretrizes estabelecidas pelo Decreto, garantindo que os valores estimados estejam dentro da realidade do mercado, com base em fontes confiáveis e oficialmente reconhecidas.

9.7. Além disso, foram feitas também pesquisas junto a contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, com o intuito de comparar os valores praticados em casos análogos. Contudo, devido às especificidades do objeto deste projeto, que envolve a elaboração do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), as informações obtidas não puderam ser utilizadas, uma vez que as condições técnicas e os requisitos exigidos são distintos.

9.8. Assim, a metodologia adotada para a pesquisa de preços levou em consideração essas diversas fontes de informação, garantindo que os valores estimados estejam alinhados aos parâmetros definidos pela legislação vigente.

9.9. A Lei nº 14.973/2024 estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento, que afeta a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) e a base de cálculo do INSS. A transição gradual permitirá que as empresas, que antes estavam isentas ou com alíquotas reduzidas, retornem ao regime de tributação sobre a folha de pagamento. A medida visa equilibrar a carga tributária de forma gradual, evitando impactos financeiros abruptos para as empresas. Diante disso, consequentemente houve mudanças significativas nos percentuais tributários previstos para os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) desta contratação, conforme estabelece a Lei mencionada. Ainda, visto que anualmente (2025-2028) a folha de pagamento passara por esses reajustes, as empresas terão que ajustar-se a novas alíquotas e mudanças de cálculo de suas obrigações previdenciárias.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

10.2. Pela característica do objeto, a Elaboração do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), bem como, os apontamentos necessários para possíveis intervenções acompanhadas de orçamentos e especificação técnica de materiais, a contratação será realizada em grupo único, e não é aplicável parcelamento da solução.

10.3. Vale destacar que a formalística citada nos itens supracitados já é amplamente utilizada no âmbito do serviço público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes vigentes no Órgão que possam impactar na contratação em curso.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico (2024-2027) do Ministério dos Transportes, conforme informações divulgadas na página "Portal da Estratégia": (<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia>) (https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/elogroup_mt-plano-estrategico_ministerio-dos-transportes-2024.pdf).

12.2. Ainda, a contratação em tela está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério dos Transportes, que foi divulgado no link: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/arquivos-2025/plano-de-logistica-sustentavel-pls-versao-final.pdf>. Após conclusão do Plano, constatou-se que contratação deverá seguir os objetivos previstos no "Eixo Temático 1 - Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços."

12.3. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, do exercício 2025, por meio do Identificador da Futura Contratação: 390004-57/2025.

13. Resultados Pretendidos

13.1. A aquisição dos projetos de adequação dos edifícios sob a gestão do Ministério dos Transportes às normas do corpo de bombeiros CBMDF é de extrema importância para garantir a segurança dos usuário das edificações. As normas de segurança contra incêndios estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do DF são projetadas para prevenir incêndios, facilitar a evacuação segura em caso de emergência e proporcionar condições para que os bombeiros possam intervir eficazmente em situações de incêndio. Estas orientações frequentemente incluem requisitos para estabelecimento de rotas de fuga sinalizadas, sistemas de iluminação de emergência e meios adequados para a saída rápida das pessoas em caso de incêndio. Trata-se de orientações específicas estabelecidas para minimizar o risco de incêndios e garantir que, caso ocorram, eles possam ser contidos e controlados de maneira eficaz.

13.2. A elaboração dos projetos em conformidade com as normas e as futuras adequações facilitarão o trabalho dos bombeiros ao garantir que os edifícios deste Ministério tenham acesso adequado para veículos de combate a incêndios, instalações para conexão de mangueiras, sistemas de hidrantes, entre outros.

13.3. A aprovação dos projetos poderá prever a necessidade de adequação das instalações do Ministério dos Transportes com a utilização de materiais resistentes ao fogo, sistemas de compartimentação e outras medidas destinadas a limitar a propagação do fogo e fumaça dentro dos edifícios em caso de incêndio. A conformidade com as normas possibilitará o avanço para outras fases da aquisição do Certificado de Regularidade tais como a realização de treinamentos regulares e simulações de evacuação, o que contribuirá para a preparação dos usuários dos ambientes em caso de emergência.

13.4. Além de proteger vidas, o objeto da pretensa contratação visa minimizar os danos materiais causados por incêndios, garantindo a presença de equipamentos de combate a incêndios adequados e a implementação de medidas preventivas. Em resumo, a contratação será essencial para criar um ambiente seguro e minimizar os riscos associados a incêndios, garantindo a proteção de vidas humanas e a preservação do patrimônio nas dependências do MT. A regularização da situação dos edifícios junto ao Corpo de Bombeiros evitará que a instituição seja objeto de novas notificações e multas. Proporcionará também a valorização dos imóveis públicos e a extensão da vida útil dos sistemas de segurança.

13.5. Diante do exposto é possível constatar que a contratação pretendida proporcionará economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis ao Ministério dos Transportes.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Eventualmente, poderão ser interditadas salas para abertura de forros e verificação das instalações existentes, ou áreas isoladas para realização de testes nos Sistemas de Incêndio instalados (sprinklers, iluminação, hidrantes, etc). Para evitar transtornos, a empresa será orientada a realizar esses serviços preferencialmente nos finais de semana.

14.2. Em caso de qualquer impacto decorrente dos trabalhos que afetem diretamente alguma área, sala ou setor, os responsáveis serão previamente comunicados, bem como as equipes correlatas de Segurança e Brigada, quando for o caso.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não haverá impactos ambientais tendo em vista tratar-se da contratação de projetos. Eventuais impactos decorrentes das etapas seguintes, as reformas ou obras, deverão ser tratados quando do planejamento dessas contratações.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos estudos realizados para contratação em tela, considerando que os serviços são usuais e comuns para a Administração Pública, declaramos a viabilidade técnica e econômica da contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELI FARIA VICARI

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 19/02/2025 às 10:00:43.

CATIA ROBERTA JULIO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 19/02/2025 às 15:54:51.

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 19/02/2025 às 09:21:01.



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

Declaração de Vistoria

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT, que o responsável indicado pela empresa, cujos dados estão informados abaixo, vistoriou nesta data as dependências do MT situadas na Esplanda dos Ministérios, Edifícios Sede, Anexo e no Setor de Garagens Norte Quadras 1 e 2; Coordenação de Infraestrutura - (COINF) - Térreo Ala Oeste - Brasília - DF, sala nº 04 onde tomou conhecimento dos locais, em geral, nos quais se desenvolverão os serviços e esclareceu todas as dúvidas, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta, estando ciente de todas as situações inerentes à prestação dos serviços objeto desta Licitação, tendo aceitado as condições existentes, dando ciência do estado de conservação em que se encontram e assumindo a execução das mesmas a partir do início da prestação dos serviços, não podendo alegar desconhecimento de qualquer dificuldade encontrada futuramente.

Responsável:

Documento de Identificação:

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Brasília-DF / /

Assinatura do Representante - Órgão

Assinatura do Representante - Empresa

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Nº do Processo: 50000.020301/2024-11

OBJETO: Trata-se da contratação de serviço comum de Engenharia, para prestação de serviços elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), para todas as edificações, de forma individual, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília – DF.

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços comuns de engenharia, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021. Estes serviços são de caráter não continuado, uma vez que serão realizados de forma específica em um período de tempo predeterminado, conforme previsto no artigo 6, incisos XVII e XXI, alínea 'a' da referida lei.

O Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU traz serviço de engenharia como se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente.

E ainda no Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Luisa Ferreira Lima, que define serviços comuns de engenharia no seguinte sentido:

“(...) pode definir serviço comum de engenharia como aquele que obedece a padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital, estando disponível a qualquer tempo no mercado próprio, com características, quantidades e qualidades padronizadas, sem alta complexidade técnica, e sem necessidade de acompanhamento e atuação relevante e proeminente de um engenheiro especializado.”

Diante do exposto, por apresentar características de padronização dos serviços, ampla disponibilidade de prestadores qualificados, complexidade técnica moderada e normas de segurança pré-estabelecidas, garantindo os padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Edital, utilizando especificações usuais no mercado e o envolvimento de profissional habilitado, que assumirá as responsabilidades legais e éticas em relação à segurança de pessoas e bens, o objeto em tela é classificado como Serviço de Engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (X) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

Quanto à característica comum do serviço de engenharia, cabe mencionar o Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Luisa Ferreira Lima, que define serviços comuns de engenharia:

“(...) pode definir serviço comum de engenharia como aquele que obedece a padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital, estando disponível a qualquer tempo no mercado próprio, com características, quantidades e qualidades padronizadas, sem alta complexidade técnica, e sem necessidade de acompanhamento e atuação relevante e proeminente de um engenheiro especializado.”

Dado que o assunto não aborda um objeto de alta complexidade ou de significância considerável, mas sim, serviços comumente oferecidos por empresas que possuem habilidades e competências técnicas necessárias para sua execução, utilizando especificações usuais no mercado e o envolvimento de profissional habilitado, que assumirá as responsabilidades legais e éticas em relação à segurança de pessoas e bens, o objeto em tela é classificado como Serviço Comum de Engenharia.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

() empreitada por preço unitário

(**X**) empreitada por preço global

() empreitada integral

() contratação por tarefa

() contratação integrada

() contratação semi-integrada

() fornecimento e prestação de serviço associado

Esse regime se justifica pela previsibilidade dos custos, transferência de riscos para o contratado, simplificação na contratação e gestão do contrato, além de incentivar a qualidade do serviço, de modo que o contratado adote as melhores práticas e tecnologias no desenvolvimento do projeto.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Considerando o objeto em tela, há uma margem de precisão qualitativa apresentada nos documentos técnicos, a qual resulta em menores preços ofertados pelos licitantes.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

Não se aplica.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (x) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de () engenharia, (x) arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da () ART, (x) RRT ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte **justificativa**:

Não se aplica.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(**X**) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

() FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (x) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(x) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

(x) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

() foi/foram juntadas a(s) (**X**) planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(**X**) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos. *

Na presente licitação:

(**X**) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(☒) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Tabela referencial: Informativo SBC.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (☒) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(☒) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(☐) adota o parâmetro do (☐) 1º quartil ou (☒) médio ou (☐) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

(☐) adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(☒) **PREVÊ** pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(☐) **NÃO FORAM PREVISTOS** pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

[Vide Nota Explicativa n. 7.](#)

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(☐) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☐) INSUMOS e (☐) SERVIÇOS.

(☒) **NÃO** foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☐) INSUMOS e aos

(☒) **SERVIÇOS**, sob seguinte **justificativa**:

Por não se tratar de orçamentos com grande quantidade de itens de serviços distintos.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (X) DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

Os itens considerados no cálculo do BDI estão em conformidade com o Acórdão 2.622/2013 - TCU. Além disso, os preços de referência utilizados no Mapa Comparativo de Preços foram extraídos da tabela de referência SBC e já contemplam a desoneração tributária.

Para assegurar a correta aplicação dos encargos sobre a receita bruta, foi adotado o percentual de 3,60% para a CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta), conforme disposto na Lei nº 14.973/2024. Esse percentual impacta diretamente na composição do BDI, garantindo que os custos orçados reflitam a realidade do mercado e assegurando a economicidade e eficiência da contratação.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Seguro e garantia: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Risco: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Despesa financeira: (X) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Para o objeto em tela, não haverá custo com obras e materiais, pois trata-se de uma contratação meramente de cunho intelectual, não necessitando de um desembolso financeiro ou algo que afete o fluxo de caixa da contratada.

Lucro: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 10.](#)

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (x) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

Não se aplica.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

Não se aplica.

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio:**

Não se aplica.

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

Não se aplica.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(X) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(X) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (X) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao () CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

A empresa CONTRATADA deverá apresentar registro no CREA/CAU, uma vez que os serviços exigem qualificação técnica pertinente a execução do objeto.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(X) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Atestado(s) de Capacitação Técnica, operacionais, emitidos por empresas de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da licitante, onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos quais constem, referências às parcelas de maior relevância técnica.

(X) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Apresentação de, no mínimo 9.558,55 m², correspondendo a 15% do quantitativo, por item.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

Com base no escopo solicitado, o valor mínimo assegura que a administração pública contrate prestadores competentes e qualificados, que possam efetivamente atender às exigências do projeto.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(**X**) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para engenheiro civil, engenheiro mecânico ou arquiteto: profissional de nível superior em engenharia civil devidamente registrado no CREA ou CAU, que comprove experiência na elaboração do objeto em tela.

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Será solicitado da licitante indicar, expressamente o responsável técnico pelos serviços, em cujo acervo, registrado no órgão competente (CREA), conste Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, por execução de serviço de característica semelhante ao objeto desta Contratação.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Não se aplica.

[Vide Nota Explicativa n. 14.](#)

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será () FACULTATIVA ou (X) OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

É muito importante a presença dos participantes nos locais para conhecimento e esclarecimento de dúvidas dos ambientes. Entretanto, caso o licitante opte por apresentar uma declaração, durante a execução do contrato, não poderá alegar desconhecimento de detalhes que por ventura surjam durante a execução contratual.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (X) NÃO ADMITIU ou () ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Há diversos riscos associados à subcontratação, por exemplo, falta de coerência técnica e responsabilidade, bem como o não cumprimento de prazos, prejudicando a gestão contratual.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (10%) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Trata-se de uma medida prudente que visa assegurar a segurança financeira, a capacidade de execução e a proteção do interesse público, contribuindo para a realização do objeto de forma eficaz e confiável.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

No que se refere à presente contratação, a exemplo das contratações anteriores, entende-se que, por não se tratar de objeto que envolve alta complexidade ou relevante vulto e, sim, por serviços usualmente prestados por empresas do ramo as quais possuem expertise e capacidade técnica para tanto, o edital não deve prever a participação de empresas reunidas em consórcio.

Por grande vulto o inciso XXII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, entende-se por contratação de obras, serviços e fornecimentos cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), que não é o caso do presente processo.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (☒) VEDADA ou (☐) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05/2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (☒) EXIGIDA ou (☐) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(☐) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial


(☒) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(☐) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(☒) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Para a pretensa contratação, não incidem critério de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, pela natureza da prestação dos serviços, sendo a mesma classificada como elaboração de projeto de combate a incêndio e pânico de cunho intelectual. Contudo, há de verificar a implementação, pela contratada, das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços e no fornecimento de materiais e equipamentos destinados aos serviços, em conformidade com o previsto nos artigos 5º, 11º e 45º da Lei 14.133/2021, no que couber.

Documento assinado digitalmente
 **ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES**
Data: 19/02/2025 16:28:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Assinado eletronicamente)
ANA LUIZA DE MELO MAGALHÃES
Integrante Requisitante Suplente
Arquiteta e Urbanista
CAU nº A153296-0



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

ANEXO I

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

1. PREÂMBULO

O presente documento consiste na padronização de elementos técnicos para a elaboração de Projeto de “As Built” de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), bem como todos os documentos técnicos necessários para a execução dos serviços, como por exemplo: Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos, Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços, Cronograma Físico-Financeiro, entre outros documentos devidamente aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e demais órgãos reguladores e fiscalizadores.

2. OBJETIVOS

Apresentar as condições, normas, leis, procedimentos e especificações técnicas gerais para a elaboração dos projetos nos imóveis sob a gestão do Ministério dos Transportes, localizados em Brasília/DF, sendo:

- a) Edifício Sede, Bloco “R”, Esplanada dos Ministérios;
- b) Edifício Anexo, Alas Leste e Oeste, Bloco “R”, Esplanada dos Ministérios, Via N2;
- c) Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;
- d) Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

2.1. Objetivos Específicos

- a) Considerar as Leis e normas vigentes no que tange à representação em projeto das soluções de arquitetura e engenharia para a prevenção e combate a incêndio, recomendadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;
- b) Considerar as prerrogativas legais e normativas para aprovação dos

projetos de “As built” de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) no CBMDF, junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores;

- c) Pormenorizar no Memorial Descritivo do projeto, a representação, elementos gráficos, notas técnicas, tabelas, memórias de cálculo, detalhes construtivos e executivos, diagramas, fichas técnicas de máquinas, bombas e equipamentos, etc., contidos nas pranchas.
- d) Aprovação dos projetos junto ao CBMDF atendendo a todas as normas vigentes exigidas e possíveis revisões solicitadas por este órgão.
- e) Fornecimento da versão final aprovada junto ao CBMDF do projeto com toda sua documentação acessória e as versões finais dos arquivos digitais e originais do projeto, memoriais, planilhas e documentos em versão .dwg, .rvt, .docx, .xlsx e demais formatos necessários para a execução do objeto deste contrato.
- f) Apresentar planilha quantitativa de materiais e equipamentos apresentados em projeto, seu tipo e especificações.
- g) Apresentar planilha de orçamento detalhada, incluindo curva ABC e planilha de execução físico-financeira.

3. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

A contratação será dividida em duas etapas:

Etapas 01: Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura;

Etapas 02: Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP);

- a) Especificações Técnicas;
- b) Projeto Executivo;
- c) Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos;
- d) Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços;
- e) Cronograma Físico-Financeiro para todas as edificações, de forma individual.

A CONTRATADA deverá realizar as etapas de vistoria, levantamento de dados e elaboração dos projetos para aprovação da FISCALIZAÇÃO, dentro das normas vigentes.

Após a conclusão e aprovação do projeto pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá:

- a) Protocolar projeto no CBMDF para aprovação;

É importante destacar que todos os custos, emolumentos e taxas relacionadas para aprovação dos documentos técnicos deverão estar previstos na planilha de composição de custos da CONTRATADA, não gerando ônus adicionais para o Ministério.

Os projetos serão elaborados com base nas orientações advindas da Consulta Prévia aprovada

junto ao CBMDF e a legislação e normas técnicas vigentes, bem como considerando os sistemas existentes em cada edificação tendo por base o aproveitamento do todo ou parte, no que for possível e compatível com a legislação vigente.

É responsabilidade da CONTRADA tomar todas as medidas de engenharia necessárias para elaborar e aprovar o projeto de arquitetura das edificações objeto desta contratação em consulta prévia ao CBMDF.

A CONTRATADA deverá protocolar os Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas junto ao CBMDF, anexando o Projeto de Arquitetura já aprovado, Requerimento de Projeto de Incêndio e a ART/RRT do Responsável Técnico da CONTRATADA.

O autor ou autores deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando o número da inscrição de registro das ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU.

A CONTRATADA deverá submeter os projetos à FISCALIZAÇÃO para verificação e apontamentos prévios, antes da submissão ao CBMDF.

Deverá ser disponibilizado à FISCALIZAÇÃO o link externo para acompanhamento, por parte do CONTRATANTE, do andamento processual no CBMDF.

Em caso de solicitação de correções pelo CBMDF ou pela FISCALIZAÇÃO técnica do MT, será concedido prazo para correção, definido pelo Fiscal Técnico do Contrato, não sendo superior a 50% do prazo máximo da etapa referente.

A obrigação da CONTRATADA em alterar, revisar e corrigir, a partir das notificações, os projetos e demais documentos submetidos ao CBMDF não cessará até que seja obtida a aprovação dos mesmos.

A empresa deverá acompanhar o andamento processual, realizando com presteza todas as correções nos projetos que se fizerem necessárias até a aprovação pelo CBMDF.

Caso o prazo de análise do projeto submetido ao CBMDF expire antes da aprovação deste órgão, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA abrir novo processo seguindo as mesmas orientações constantes neste documento e assumindo todos os encargos, taxas e emolumentos necessários para a abertura do novo processo.

4. PROJETO DE “AS BUILT” ARQUITETÔNICO

O Projeto de “As Built” Arquitetônico deverá seguir as normas referenciais da ABNT, como:

- a) NBR 6492 – Representação de Projetos de Arquitetura;
- b) NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- c) NBR 13532 – Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura;
- d) NBR 14645-1 – Elaboração do “como construído” (as built) para edificações – Parte 1: Levantamento planialtimétrico e cadastral de imóvel urbanizado com área de até 25.000m², para fins de estudos, projetos e edificação – Procedimento;

- e) NBR 14645-2 - Elaboração do “como construído” (as built) para edificações – Parte 3: Locação topográfica e controle dimensional da obra – Procedimento;
- f) NBR 16636-1 – Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia;
- g) NBR 16636-2 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico;
- h) Entre outras, que forem pertinentes.

Devem conter informações como:

4.1. Planta de Implantação e situação

- a) Indicar norte, escala, vias de acesso, acessos principais e secundários ao objeto arquitetônico, platôs e taludes principais, perímetro do terreno, recuos e afastamentos, denominação das edificações, indicação de áreas cobertas e estacionamentos, cotas gerais e cotas de níveis principais; recuos, projeção da(s) cobertura(s) e áreas permeáveis e impermeáveis, planta chave, quadro de áreas e legendas.

4.2. Planta de arquitetura

- a) Indicar o pavimento (subsolo, térreo, mezanino, 1º e demais pavimentos, se houver), norte, escalas, acessos, vedos internos e externos, esquadrias (portas e janelas), elementos estruturais principais, identificação dos ambientes e respectivas áreas, espaços de circulação, áreas de serviços, áreas funcionais e técnicas, projeção de níveis superiores e da cobertura, cotas gerais e cotas de nível principal.

4.3. Planta da cobertura

- a) Indicar norte, escalas, curvas de nível (se necessário), acessos, estacionamento e áreas cobertas, cobertura das edificações, calhas, inclinações, platibandas, rincões, espigões, cotas gerais e cotas de níveis principais.

4.4. Cortes gerais (transversais e longitudinais)

- a) Indicar escalas, elementos estruturais gerais (nervuras de vigas e pilares), vedos internos e externos, vãos de esquadrias (portas e janelas), identificação (ao nível do piso) dos ambientes representados, cobertura com indicação da respectiva inclinação, cotas gerais (verticais) e cotas de nível principais, eixos do projeto, relevo construído e projeção da topografia natural.

4.5. Elevações

- a) Devem corroborar com melhor entendimento, se necessário, apresentar vistas

internas e externas de partes de segmento arquitetônico, identificadas caso a caso (A, B, C, ...).

4.6. Fachadas

- a) Deverão ser representados elementos da edificação e de seus componentes construtivos externos nas penhas e fachadas: Leste, Oeste, Norte e Sul.

4.7. Detalhes relevantes

- a) Deverão apresentar os principais elementos da edificação e de seus componentes construtivos tais como: Escadas (corrimãos, degraus, espelhos, acessórios, faixas antiderrapantes etc.), acessos e acessibilidade, paginações, linhas de níveis e desníveis, escalas indicadas, Quadros de áreas, Quadro de esquadrias, Quadro de legendas, Quadro de especificações de materiais e notas técnicas.

4.8. Representação gráfica aplicada

- a) Deverão ser observadas as orientações do Anexo A da NBR 6492 – Generalidades, para efeito de atualização digital de projetos arquitetônicos, e padronização internacional.

5. PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

O Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico deverá seguir as normas referenciais da ABNT, bem como as normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, entre outras:

5.1. Legislação

- a) Decreto n.º 21361, de 20 de julho de 2000;
- b) Decreto n.º 23015, de 11 de julho de 2002;

5.2. Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

- a) NT nº 01 - Medidas de Segurança Contra Incêndio no Distrito Federal;
- b) NT nº 02 - Risco de Incêndio e Carga de Incêndio;
- c) NT nº 03 - Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio;
- d) NT nº 04 - Sistema de Proteção por Hidrantes;
- e) NT nº 10 - Saídas de Emergência;
- f) NT nº 11 - Acesso de viaturas;
- g) NT nº 13 - Sistema de Chuveiros Automáticos;

- h) NT nº 14 - Tempo requerido de resistência ao fogo aos elementos construtivos;
- i) NT nº 15 - Procedimentos de segurança contra incêndio para a compartimentação horizontal e vertical;
- j) NT nº 17 - Controle das características de reação ao fogo dos materiais incorporados aos elementos construtivos;
- k) NT nº 21 - Iluminação de Emergência;
- l) NT nº 22 - Sinalização de Emergência;
- m) NT nº 23 - Detecção e Alarme;
- n) NT nº 44 - Águas Nebulizadas;
- o) NT nº 46 - Sistema Fixo de Gases.

5.3. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

- a) ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- b) ABNT NBR 5419 - Proteção contra descargas atmosféricas (atualizada em partes: parte 1 a parte 4);
- c) ABNT NBR 9077 - Saídas de emergência em edifícios;
- d) ABNT NBR 10897 - Sistemas de sprinklers automáticos para proteção contra incêndio;
- e) ABNT NBR 10898 - Sistema de iluminação de emergência;
- f) ABNT NBR 12693 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
- g) ABNT NBR 12962 - Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio;
- h) ABNT NBR 13714 - Sistema de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndio;
- i) ABNT NBR 14518 - Roteiros de inspeção de segurança contra incêndio;
- j) ABNT NBR 14880 - Saídas de emergência em edifícios — Escada de segurança — Controle de fumaça por pressurização;
- k) ABNT NBR 15219 - Porta corta-fogo para entrada de unidades autônomas e de compartimentação;
- l) ABNT NBR 15930 - Extintores de incêndio;
- m) ABNT NBR 16820 - Sistemas de sinalização de emergência — Projeto, requisitos e métodos de ensaio;
- n) ABNT NBR 17240 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio — Projeto, instalação, comissionamento e manutenção.

5.4. Planta de Implantação e situação

- a) Indicar norte, escala, vias de acesso, acesso principal e secundários ao objeto arquitetônico, platôs e taludes principais, perímetro do terreno, recuos e afastamentos, denominação das edificações, indicação de áreas cobertas e estacionamentos, cotas gerais e cotas de nível principais, recuos, projeção da(s) cobertura(s) e áreas permeáveis e impermeáveis, planta chave, quadro de áreas e legendas;

5.5. Layout de arquitetura

- a) Indicar o pavimento (subsolo, térreo, mezanino, 1º e demais pavimentos, se houver), norte, escala, acessos, vedos internos e externos, esquadrias (portas e janelas), elementos estruturais principais, identificação dos ambientes e respectivas áreas, espaços de circulação, áreas de serviços, áreas funcionais e técnicas, projeção de níveis superiores e da cobertura, cotas gerais e cotas de nível principais;

5.6. Planta da cobertura

- a) Indicar norte, escalas, acessos, estacionamento e áreas cobertas, cobertura das edificações, sentido de escoamento das águas pluviais e inclinação, cotas gerais e cotas de nível principal;
- b) Apresentar Elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF;
- c) Cortes gerais (transversais e longitudinais);
- d) Indicar escala elementos estruturais gerais (nervuras de vigas e pilares), vedos internos e externos, vãos de esquadrias (portas e janelas), identificação (ao nível do piso) dos ambientes representados, cobertura com indicação da respectiva inclinação, cotas gerais (verticais) e cotas de nível principais, eixos do projeto, relevo construído e projeção da topografia natural;
- e) Apresentar elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF.

5.7. Elevações

- a) Devem corroborar com melhor entendimento, apresentar vistas internas e externas de partes de segmento arquitetônico, identificadas caso a caso (A, B, C,...);
- b) Elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF.

5.8. Fachadas

- a) Deverão ser representados elementos da edificação e de seus componentes construtivos externos nas empenas e fachadas: Leste, Oeste, Norte e Sul;
- b) Elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF.

5.9. Detalhes relevantes

- a) Deverão conter os principais elementos da edificação e de seus componentes construtivos tais como: Escadas (corrimãos, degraus, espelhos, acessórios, faixas antiderrapantes etc.),
- b) Acessos e acessibilidade, linhas de níveis e desníveis, escalas indicadas;
- c) Quadro de áreas;
- d) Quadro de esquadrias;
- e) Quadro de legendas;
- f) Quadro de especificações de equipamentos e notas técnicas;
- g) Apresentar Elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF.

5.10. Representação gráfica aplicada

- a) Deverão ser observadas as orientações do Anexo A da NBR 6492/21 – Generalidades para efeito de atualização digital de projetos arquitetônicos, e padronização internacional.

5.11. Diretrizes de projeto

O Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico contemplará as exigências do CBMDF para a aprovação deste, incluindo a aprovação da arquitetura das edificações em consulta prévia, seguindo o rito processual e atendendo legislação vigente e as normas da ABNT nelas citadas.

5.11.1. Sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI):

- a) Detectores pontuais de preferência sem fio (wireless);
- b) Detecção por aspiração de amostra de ar para área técnica;
- c) Acionadores manuais;
- d) Alarmes áudio-visuais;
- e) Central endereçável.

5.11.2. Chuveiros automáticos (Sprinklers):

- a) Sistema Passivo: ativa a liberação de água com rompimento da ampola pelo aumento da temperatura ambiente;
- b) Definição da área de aplicação;
- c) Cálculo da vazão necessária na área de aplicação;
- d) Lançamento do percurso da tubulação e distribuição dos bicos;

- e) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

5.11.3. Iluminação de Emergência:

- a) Blocos Autônomos: luminárias de emergência com funcionamento independente da rede elétrica da edificação e que possui bateria interna;

5.11.4. Sistema de controle de acesso:

- a) Compatibilização com o SDAI;

5.11.5. Materiais de Construção Incombustíveis: são aqueles que não se decompõem, não derretem, não deformam e não produzem muita fumaça ou gases quando expostos ao fogo.

5.11.6. Sistema de Ventilação Controlada: sistema automático de fechamento dos dampers do Sistema de Climatização Central para evitar a propagação de fumaça pela edificação.

- a) Integração do Sistema de Ar-Condicionado Central com SDAI.

5.11.7. Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA): sistema responsável por direcionar sobrecorrentes internas ou externas à edificação ao solo, também conhecido como Para-Raios.

- a) Sistema Passivo: Gaiola de Faraday, ou seja, é composta por um emalhado de condutores que envolvem toda a estrutura a proteger, complementada com vários captosres e múltiplos baixados que se interligam com a rede de terra;

5.11.8. Extintores de incêndio:

- a) Tipo portátil;
- b) Definição da quantidade e localização adequadas;
- c) Sinalização adequada.

5.11.9. Sistema de combate a incêndio por gás inerte: dedicado para áreas técnicas que suprime o fogo com a redução da temperatura e concentração de oxigênio no ambiente protegido, exclusivo para sala cofre.

5.11.10. Sistema de sinalização de rotas de fuga e equipamento de combate a incêndio: consiste em símbolos e placas fotoluminescentes posicionados para orientar as pessoas sobre rotas de fuga, localização de equipamentos de segurança e procedimentos de emergências.

5.11.11. Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência: consiste nas rotas de fugas planejadas para o abandono seguro da edificação em caso de emergência, como por exemplo: escada de emergência.

5.11.12. Sistema de proteção por hidrante de parede: sistema de bombeamento de água pressurizada para o combate a incêndio na edificação.

- a) Cálculo da Reserva Técnica de Incêndio;

- b) Definição da localização do reservatório;
- c) Definição da localização dos hidrantes;
- d) Traçado da tubulação;
- e) Definição da localização das bombas;
- f) Cálculo hidráulico;
- g) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

5.11.13. Entre outros elementos necessários para a composição do projeto.

6. SIMBOLOGIAS GRÁFICAS

Os projetos deverão apresentar e representar graficamente as simbologias gráficas em conformidade com as diretrizes de projeto estabelecidos nas normas vigentes e nas NTs e ITs do CBMDF.

7. PADRONIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1. Nota Técnica ou Instruções Técnicas

- a) Deverá conter informações relevantes, instruções e recomendações das aplicações conceituais e soluções utilizadas no projeto em conformidade com as normas vigentes e com as NTs ou ITs do CBMDF;
- b) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Word e PDF.

7.2. Projetos Executivos

- a) Deverão conter todas as informações relevantes, instruções e recomendações das aplicações conceituais e soluções utilizadas no projeto em conformidade com as normas vigentes e com as NTs ou ITs do CBMDF;
- b) Deverão ser entregues devidamente aprovados pelo CBMDF, juntamente com os Memoriais descritivo e de Cálculo das soluções adotadas e, Caderno Técnico contendo as justificativas para adoção das soluções propostas, acompanhadas de planilhas de quantitativos e custos e planilhas de composição de custos unitários de serviços.
- c) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão .PDF, .DOCX, e .XLSX., conforme o caso. Os projetos devidamente aprovados deverão ser entregues na forma eletrônica em formato .PDF, em formato editável (.DWG.

7.2. Memorial Descritivo

- a) Deverá descrever a edificação e seus sistemas, além de apresentar um resumo

com as principais características da edificação, como descrição de áreas, funções, sistemas adotados, dentre outros.

- b) Deverá ter a função de um manual, com explicações de manutenção e conservação dos sistemas;
- c) Deverá ter informações que acompanhe o estudo arquitetônico;
- d) Deverão conter, de forma textual, as definições, decisões de projeto tomadas no Estudo preliminar arquitetônico (PARQ) ou específico sobre o tema em pauta e as respectivas justificativas;
- e) Caracterizar as aplicações no projeto em conformidade com as normas vigentes e as NTs ou ITs do CBMDF;
- f) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Word e PDF.

7.3. Planilha quantitativa de Materiais

- a) Deverá conter o quantitativo de todos os materiais, equipamentos, elementos e componentes especificados em projeto, com as informações completas e suficientes para a sua orçamentação, aquisição e instalação;
- b) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Excel e PDF.

7.4. Especificação Técnica

- a) Deverá conter as características, condições ou requisitos relativos a materiais, elementos e componentes, equipamentos, instalações ou técnicas de execução, a serem empregados;
- b) Deverá conter lista com identificação e numeração das pranchas de desenho;
- c) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Word e PDF.

7.5. Memórias de cálculo

- a) A CONTRATADA deverá entregar memorial de cálculo desenvolvido para elaboração de todos os projetos, deverá conter todos os cálculos realizados para a composição do produto final;
- b) Deverá conter informações relativas às premissas de projeto, atendimento às normas e legislações vigentes, cálculos de áreas, normas urbanísticas, código de obras (iluminação e ventilação), as solicitações projetuais (esforços, pressões, vazões, potência) referente a cada tipo de projeto, bem como informações relativas aos elementos que resistirão as solicitações.
- c) Deverá conter as dimensões, quantidades, preços unitários, custos totais, desenhos e especificações técnicas;

- d) As planilhas deverão ser entregues sem proteção de macros;
- e) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Excel e PDF.

7.6. Planilha Orçamentária

- a) O orçamento do projeto deverá ser elaborado pela CONTRATADA em obediência aos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global, na forma do disposto no art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021. Caso não haja custo unitário de referência definido, poderão ser adotadas prioritariamente, e mediante justificativa técnica:
- b) Fontes oficiais de outros entes da Administração Pública, como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), da Caixa Econômica Federal (CAIXA), o Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE), o Sistema de Custos Rodoviários (SICRO), do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT); e
- c) Fontes privadas, como as Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos, da Editora PINI, e o Informativo SBC.
- d) O modelo da Planilha Orçamentária deverá ser único para todos os projetos realizados pela CONTRATADA para o CBMDF, a qual deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO.
- e) Caso seja necessário, quando não houver composição ou insumos fornecidos através das instituições citadas anteriormente, a CONTRATADA deverá fazer pesquisa de mercado e anexar os orçamentos obtidos à Planilha Orçamentária.
- f) Juntamente com a apresentação do Orçamento, deverá ser apresentada a ART (ou RRT) do responsável pela elaboração das planilhas bem como declaração expressa do autor das planilhas quanto à compatibilidade dos quantitativos e custos relativos aos projetos de arquitetura e engenharia.
- g) Deverá acompanhar a Planilha Orçamentária, o memorial de cálculo do BDI e as Curvas ABC de Insumos e Serviços, os quais deverão ser submetidos à Aprovação da FISCALIZAÇÃO.

8. PADRONIZAÇÃO DA ENTREGA DOS PRODUTOS

8.1. Projeto

Deverão ser entregues 03 (três) jogos de cópias físicas e arquivos digitais em PDF impressas devidamente carimbadas com aprovação do CBMDF, e bem como os arquivos digitais em plataforma DWG, RVT;

8.2. Documentos

Deverão ser encaminhados 03 (três) jogos de cópias físicas e digitais de todos os Documentos protocolados devidamente aprovados junto ao CBMDF;

Deverão ser entregues 03 (três) jogos de cópias físicas e arquivos digitais em extensão .DOCX e PDF, dos Memoriais, Planilhas em extensão .XLSX, e quaisquer outras artes utilizadas no referido processo de elaboração e aprovação do projeto em voga.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO II

MATRIZ DE RISCO

OBJETO:

Trata-se da contratação de serviço comum de Engenharia, para prestação de serviços elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), para todas as edificações, de forma individual, sobresponsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília – DF.

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Responsável	Estratégias de Mitigação
Mudanças normativas exigidas pelo CBMDF ou ABNT	Baixa	Alto	CONTRATANTE	Monitorar normas como a NT 12 e NT 14 do CBMDF e inserir cláusulas contratuais de revisão de escopo e prazo em caso de alterações legais.
Informações incompletas sobre as edificações fornecidas pelo contratante	Alta	Alto	CONTRATANTE	Promover reuniões iniciais obrigatórias para coleta de informações detalhadas e visitas técnicas para verificar condições reais.
Atraso na entrega dos projetos "As Built" de arquitetura e PSCIP	Média	Alto	CONTRATADA	Exigir cronograma físico-financeiro detalhado e acompanhar sua execução em reuniões periódicas com o fiscal técnico do contrato.
Incompatibilidade entre o projeto elaborado e as condições reais das edificações	Média	Alto	CONTRATADA	Garantir vistorias detalhadas com conferência das condições in loco e realização de ajustes durante o processo de elaboração do projeto.
Divergência entre requisitos apresentados	Média	Alto	CONTRATADA	Realizar consulta prévia ao CBMDF antes da submissão

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Responsável	Estratégias de Mitigação
e exigências técnicas do CBMDF				final do projeto, com adequação às exigências específicas apontadas.
Atraso na aprovação dos projetos pelo CBMDF	Média	Alto	CONTRATADA	Acompanhar sistematicamente o andamento do processo junto ao CBMDF e responder prontamente a solicitações de correções ou ajustes.
Falha no dimensionamento do sistema de combate a incêndio (ex.: sprinklers e hidrantes)	Baixa	Alto	CONTRATADA	Memorial descritivo e de cálculo detalhado, elaborado conforme NT 14 do CBMDF e normas da ABNT, revisado por fiscal técnico especializado.
Riscos relacionados ao não cumprimento de prazos contratuais	Média	Alto	CONTRATADA	Aplicar cláusulas de penalidades e exigir garantias contratuais de 5% conforme o TR e a Lei nº 14.133/2021.
Problemas de comunicação e acompanhamento do andamento contratual	Média	Médio	CONTRATADA/CONTRATANTE	Estabelecer canais de comunicação claros e reuniões regulares, com uso de relatórios de progresso compartilhados com o contratante.
Subdimensionamento da Reserva Técnica de Incêndio (RTI)	Baixa	Alto	CONTRATADA	Validar o cálculo hidráulico da RTI com base em dados normativos e revisões técnicas da FISCALIZAÇÃO antes da aprovação do CBMDF.
Falhas na compatibilização dos sistemas de emergência (SDAI, SPDA, Sprinklers, etc.)	Média	Alto	CONTRATADA	Exigir a integração de sistemas com verificações independentes e detalhamentos técnicos no projeto final.

Regras de Fixação de Subestimativas e Superestimativas

1. Critérios para Subestimativas:

- Falta de detalhamento adequado dos custos e serviços durante o planejamento.
- Não realização de consulta prévia ao CBMDF antes da submissão dos projetos.
- Não consideração de possíveis atrasos no fluxo de aprovação junto aos órgãos reguladores.

2. Critérios para Superestimativas:

- Margens excessivamente conservadoras nos custos unitários apresentados pela CONTRATADA.
- Inclusão de equipamentos ou serviços não estritamente necessários, sem justificativa técnica.
- Redundância nos materiais ou sobreposições em escopos de serviços.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO III

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO:

Trata-se da contratação de serviço comum de Engenharia, para prestação de serviços elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), para todas as edificações, de forma individual, sobresponsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília – DF.

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	FONTE DE DADOS	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.0	Projeto "AS BUILT" de Arquitetura		m²	63.723,72		
2.0	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP)		m²	63.723,72		
TOTAL SEM BDI						R\$
BDI (XX%)						R\$
TOTAL GERAL						R\$

[illegible]



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Processo: nº 50000.020301/2024-11
Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços
Tipo/Local: Ed. Sede e Anexos - Bloco "R"
Responsável pela pesquisa: Vitor Augusto Bispo da Silva

TABELA GERAL DE PREÇOS

TABELA GERAL DE PREÇOS								
ITEM	QUANTIDADE (m²)	UNID. MEDIDA	DESCRIÇÃO DO OBJETO	FONTES DE DADOS	VALOR UNITÁRIO (m²) SEM BDI	VALOR UNITÁRIO - (m²) COM BDI 27,1%	VALOR TOTAL SEM BDI	VALOR TOTAL COM BDI 27,1%
				SBC				
1	63.723,72	m²	Projeto "AS BUILT" de Arquitetura	4365	R\$ 9,20	R\$ 11,69	R\$ 586.258,22	R\$ 744.930,29
2		m²	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP)	41004	R\$ 12,00	R\$ 15,25	R\$ 764.684,64	R\$ 971.786,73
TOTAL							R\$ 1.350.942,86	R\$ 1.716.717,02

COMPOSICAO DO BDI - Desonerada	
CÁLCULO DO BDI	
1) Taxa de rateio da administração central, riscos, seguro e garantia do empreendimento;	
2) Taxa das despesas financeiras;	
3) Taxa de lucro;	
4) Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB).	
Sendo:	
BDI para serviços:	
AC = Taxa de rateio da administração central	4,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	1,27%
SG = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,80%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,23%
L = Taxa de lucro	7,40%
T = Taxa de tributos	9,25%
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	3,60%
BDI = $\frac{(1 + AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) - 1}{(1 - T)}$	27,1%
Referências:	
Fórmula de cálculo do BDI, Relatório do Acórdão TCU nº 2.622/2013; Imposto Sobre Serviços (ISS), Lei Complementar nº 05/2017 e Decreto nº 25.508/2005; Programa de Integração Social (PIS), Lei Complementar nº 26/1975; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Lei nº 10.833/2003; Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) - Lei nº 12.844/2013: e, Contribuição Proporcional sobre a folha salarial (CPP) - Lei nº nº 14.973/2024.	

* Na composição do BDI, foi aplicada a alíquota de 3,60% para a CPRB, conforme previsto na Lei nº 14.973/2024. Não foram adicionados outros valores, pois os cálculos seguem rigorosamente os parâmetros estabelecidos no Acórdão nº 2.622/2013 – TCU.

COMPOSICAO DO BDI - Não Desonerada	
CÁLCULO DO BDI	
1) Taxa de rateio da administração central, riscos, seguro e garantia do empreendimento;	
2) Taxa das despesas financeiras;	
3) Taxa de lucro;	
4) Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB).	
Sendo:	
BDI para serviços:	
AC = Taxa de rateio da administração central	4,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	1,27%
SG = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,80%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,23%
L = Taxa de lucro	7,40%
T = Taxa de tributos	5,65%
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	0,00%
BDI = $\frac{(1 + AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) - 1}{(1 - T)}$	22,2%
Referências:	
Fórmula de cálculo do BDI, Relatório do Acórdão TCU nº 2.622/2013; Imposto Sobre Serviços (ISS), Lei Complementar nº 05/2017 e Decreto nº 25.508/2005; Programa de Integração Social (PIS), Lei Complementar nº 26/1975; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Lei nº 10.833/2003; Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) - Lei nº 12.844/2013: e, Contribuição Proporcional sobre a folha salarial (CPP) - Lei nº nº 14.973/2024.	